

PLINTH: A CIDADE AO NÍVEL DOS OLHOS E A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

GIRARDELLO, Patrícia Cristina Silva de Oliveira.¹

RUSCHEL, Andressa Carolina.²

RESUMO

Requalificar uma área urbana e aplicar um bom *plinth* é tornar o local próspero de acordo com suas características históricas e comerciais, por meio de estímulo para uso misto e ocupação. No presente artigo será apresentada algumas requalificações, e por fim exposto uma breve análise do bairro Jardim União na cidade de Cascavel – PR.

PALAVRAS-CHAVE: Requalificação urbana, *Plinth*, espaço público, andar térreo, uso misto.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo abordou o assunto de requalificação urbana e o conceito de *Plinth*.

Atualmente, inúmeros espaços públicos são observados como locais perigosos em numerosas cidades em todo o mundo. A percepção de um espaço seguro é perdida quando o indivíduo encontra o local vazio, sem iluminação, uso ou sem a atenção apropriada. Unir espaços públicos e privados podem evitar esse tipo de condição, esses espaços que unem, o público e o privado, são chamados de *Plinths*. *Plinths* são os pavimentos térreos dos prédios, onde ocorrem o convívio entre as pessoas na calçada, espaço onde as pessoas se cruzam, onde os indivíduos que trafegam pela a rua, se conectam com o privado (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

O aumento da busca do cidadão por espaços qualificados, induz o planejamento urbano a estabelecer diretrizes para edificações adequadas no local. A qualidade de uma região urbana pode ser adquirida novamente através da requalificação. A requalificação traz a possibilidade de projetar espaços que motivem a vida comunitária, a convivência, a interação entre pessoas que foi perdida na sociedade atual (FERNANDES, 2012).

A justificativa referiu-se em enfrentar um grande desafio urbano atual, o qual é comportar diferentes meios de transporte e recompensar os pedestres e ciclistas com espaços mais sustentáveis. Entre essa exigência e as vias com fluxo intenso de veículos estão as calçadas e os prédios. *Plinths* são desenvolvidos em regiões heterogêneas da cidade, em pontos centrais e distritos próximos. Não

¹Acadêmica do 10º Período da Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário – CEFAG. E-mail: patriciagioliveira@gmail.com;

²Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora do Centro Universitário FAG do curso de Arquitetura e Urbanismo e orientadora da presente pesquisa. E-mail: ac.ruschel@hotmail.com.

são apenas os estabelecimentos comerciais que desempenham esse papel de valorização urbana, pode ser feito em cenários compostos por fachadas inexpressivas (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

A requalificação auxilia na qualidade espacial urbana, trazendo novamente a valorização de uma determinada região, e consequentemente traz a segurança local. O conceito de requalificação é recuperar o sentido do convívio da comunidade, através de medidas e ações que vão desde a infraestrutura urbana à valorização do cenário urbano, que passa por serviços adequados locais e acesso ao emprego equivalente (FERNANDES, 2012).

O problema da pesquisa baseou-se no seguinte questionamento: “Qual a importância de requalificar uma região da cidade e aplicar o termo *Plinth* para ela? E qual a pertinência social dessa ação? ”.

A formulação da hipótese foi fundamentada em transformar ruas e praças em espaços convidativos, isto é, locais de convívio entre os cidadãos. Aplicar a estratégia de conceber espaços ou atividades ao longo da rua, e revelar que a realização traz relevância aos espaços e atividades realizadas. Apresentando estratégias para aperfeiçoar as cidades ao nível dos olhos e requalificar regiões degradadas.

Intencionando a resposta ao problema do artigo, foi imposto o objetivo geral de evidenciar medidas e ações para melhorar a qualidade de vida do cidadão através de estratégias para aperfeiçoamento das cidades ao nível dos olhos (*Plinths*) e requalificação de regiões degradadas. Para atingir o objetivo geral foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o conceito de *Plinth* e de Requalificação Urbana;
- b) Apresentar observações de como avaliar a qualidade de um espaço urbano;
- c) Compreender medidas e ações para a um plano de requalificação de uma determinada região;
- d) Apontar benefícios gerados em algumas cidades pela requalificação urbana e *Plinths*.

O marco referencial teórico utilizado que possui uma importante tendência metodológica foi o livro: “A Cidade ao Nível dos Olhos: Lições para os *Plinths*” por Hans Karssenberg, Jeroen Laven, Meredith Glaser e Mattijs van ‘t Hoof. O livro possui pistas epistemológicas, que incorporam a teoria do conhecimento específico que se quer elucidar, e apresenta estratégias para requalificar e aperfeiçoar regiões degradadas.

Após a fundamentação teórica sobre o tema elegido, foi realizado uma breve análise do bairro Jardim União na Cidade de Cascavel – PR.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo abrange os fundamentos teóricos para elucidar a problemática da pesquisa, possui suporte de conceitos para a compreensão de processos implícitos no contexto do problema, e apresenta também o desenvolvimento do tema, sua conceituação e análise de medidas e ações relacionadas ao tema. Por fim, será apresentado informações sintetizadas da cidade de Cascavel – PR, para posteriores análises e discussões.

2.1 DESECONOMIAS URBANAS

As cidades são consequências de um processo urbano que surgiu da concentração de transformações que aconteceram ao longo do tempo, ligada por inúmeros vínculos determinados em cada período histórico específico, em decorrência de necessidades distintas (BEZERRA; CHAVES, 2014).

No período de 1970 e 1980, houve uma crise econômica em alguns países desenvolvidos, o que levou ao encerramento de inúmeras indústrias manufatureiras, acometidas pela disputa e pelos baixos lucros, gerou o desaparecimento de muitos empregos em áreas industriais. Em decorrência disso, nas cidades, diversas regiões foram abandonadas, entre elas, áreas notáveis, como áreas portuárias e industriais, elas foram obrigadas a ser reestruturar e receber novas atividades. Na região central das cidades, a decadência econômica ocorreu através do declínio das atividades de varejo, após a alteração nos costumes de parte da população, que se deslocou para bairros mais distantes e optou por realizar as compras no comércio vizinho ou em shopping centers (JANUZZI; RAZENTE, 2007).

No Brasil, na era do desenvolvimento, a partir de 1950, o urbanismo foi marcado por um frenético desenvolvimento, influenciado pela internacionalização da economia (origem da industrialização e de grandes dívidas externas). Com a acentuada urbanização, desenrola-se o transtorno com o crescimento desordenado das cidades, desigualdades sociais acentuadas, migrações descontroladas e desequilíbrio econômico no sistema de liderança (BEZERRA; CHAVES, 2014).

Praticamente em todas as cidades do mundo em que ocorreu a expansão urbana sem planejamento, houve o processo de geração de “deseconomias urbanas” que é qualquer condição de desperdício realizada pelas classes sociais em relação à utilização e preservação dos recursos que estão à disposição, aqueles que condizem ao meio ambiente artificial e também ao natural, ou seja, a infraestrutura física e as tecnologias sustentáveis de produção, uso e conservação do espaço urbano. Com essa prática de deseconomias urbanas, acontece o mau uso da infraestrutura presente, e como consequência desenrola-se com tempo desperdiçado para locomoção, e com a ocupação de regiões ambientalmente preservadas e de terras agrícolas. Devido ao afastamento das áreas centrais pela camada de renda mais alta, sucede-se a degradação local, dos espaços públicos e do patrimônio edificado, beneficiando o vandalismo e a marginalidade (FORTES; ANDRADE, 2014).

A cidade tem sido considerada como um espaço para o consumo. A vantagem comercial e política transferiu o foco do desenvolvimento urbano de acatar as amplas necessidades da comunidade para atender as carências específicas de cada indivíduo. A procura por esse propósito limitado, arruinou a vitalidade urbana. A diversidade da sociedade foi descoberta e a vida pública foi dividida em segmentos particulares. De modo incoerente, neste período global de avanço da democracia, sucessivamente, as cidades estão concentrando a sociedade em comunidades isoladas (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2005).

Novos tipos de projetos urbanos passaram a ser elaborados a partir da metade do século XX, aplicando práticas urbanísticas que contribuíssem com a transformação e consolidação econômica, cultural e social de regiões abandonadas ou decadentes nas cidades, buscando trazer-lhes vitalidade. (JANUZZI; RAZENTE, 2007). Ideias começaram a ser aplicadas também no Brasil através do reflexo de influências internacionais (BEZERRA; CHAVES, 2014).

2.2 A RUA URBANA E O ESPAÇO PÚBLICO

Cidades são áreas urbanizadas onde é empregado idealizações, conhecimento, cultura e troca de bens. O cenário onde essa troca acontece é na rua urbana, é o alcance da casa ao trabalho, e o corredor de passagem para outras regiões dentro e fora da cidade. Ao longo de séculos, as ruas da cidade possuíram uma agitação natural e dinâmica, onde se reuniam inúmeras funções. Até a metade do século XX, a rua era retratada por um sistema integrado de vida econômica, social e de movimento. Houve mudanças nos anos de 1960 e 1970, onde ocorreu grandes intervenções concentradas no trânsito, o que danificou a relevância da relação social e econômica. Aconteceu

uma divisão do espaço público, estabelecido por condições funcionais e por um espaço social com inúmeras atividades (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

O conceito de espaço público pode ser sintetizado pela compreensão de um espaço que é construído pelas desigualdades entre os indivíduos de uma sociedade, e projetado através da relação que envolve os direitos de igualdade, por meio de normas de conduta e legislações. Incorporando esse contexto, o espaço público possui uma relação particular com a política vivenciada na cidade. Ao ser debatido o espaço público, é discutido também a cidadania, isto é, os direitos de quem vive na cidade. O espaço público é aquele local onde é exercido a cidadania, e onde há a oportunidade de livre acesso (SOUZA, 2008).

O espaço público deve contemplar características essenciais para garantir a vida social do cidadão. Esses critérios são: Sustentabilidade, durabilidade, resistência, adaptabilidade, diversidade, legibilidade, inclusão e coesão social, acessibilidade, mobilidade, apazibilidade, conforto, segurança, permeabilidade, continuidade e identidade (FERNANDES, 2012).

Uma série de problemas no espaço público surge quando é revelado uma transformação da prática urbana, seus usos e diferentes categorias dos inúmeros espaços metropolitanos. A diferenciação entre individual/coletivo, interior/exterior, público/privado, é readaptado pela distribuição funcional e social dos bairros, pela presença de novos centros, pelas novas comunidades, pelo fortalecimento de transportes ágeis, pelas novas formas de comunicação e pela implantação de vários tipos de obras e serviços (MATOS, 2010).

Após décadas do Modernismo, foi observado um enfraquecimento do princípio de divisão de funções, especialmente no tráfego. Depois da crise do petróleo, as cidades começaram a atenuar o tráfego de automóveis e aperfeiçoar a hospitalidade urbana, ao contrário de avanços na infraestrutura, o tecido urbano histórico agora é utilizado para a renovação urbana. Com um recente foco na escala da cidade, a escala humana. O espaço público foi reinventado, como área para as pessoas circularem e interagirem. Com a aplicação da rua com velocidade limitada, o automóvel passa a ser hóspede e os pedestres retomam o direito especial (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Essa área pública é muito mais que o espaço livre da edificação em frente à rua. Coesão social, inclusão, legibilidade e identidade integram um grupo de termos de definição para o espaço público. Sua qualidade está sujeita à atração e estímulo para permanência dos cidadãos. Em todo o mundo acontece o desenvolvimento e implementação de programas que possuem o objetivo de recuperação, principalmente, os espaços degradados (FERNANDES, 2012).

2.3 EDIFÍCIOS DE USO MISTO E O ANDAR TÉRREO

O aperfeiçoamento de práticas construtivas que possibilitem mais do que um tipo de uso em uma edificação ou em um agrupamento de edifícios, possui a definição de *mixed use* ou utilização mista. No planejamento do zoneamento, isso significa que há uma ligação de residências, escritórios, comércio, instituições, indústrias ou outros usos do solo. O andar térreo dos edifícios ocupa algum exercício produtivo ou comunicação, junto com o espaço vital, o espaço residencial, nos pavimentos superiores (LIMA, 2008).

Edifícios de uso misto também podem ser chamados de edifícios híbridos, são edifícios com programas amplamente complexos, que incorporam diferentes categorias de utilização urbana, e possuem o potencial de se adaptar e interagir com o meio urbano local, contém características específicas de outros edifícios implantados no mesmo cenário urbano. Esse tipo de edificação é visto como um organismo vivo, que agrega atividades vitais da cidade, colaborando com o contexto urbano (NEVES, 2012).

Essa aplicação de uso misto diminuiu com industrialização, em benefício da larga escala, e da produção capitalista. No decorrer do século XX, com a idealização da sustentabilidade urbana, foi constatado por urbanistas e outros profissionais, que a aplicação da utilização mista nos edifícios traz muitas vantagens. A mistura de atividades é necessária para uma região urbana saudável, pois reduz comunidades isoladas, e impede que o automóvel seja requisito obrigatório para locomoção de áreas residenciais para zonas de comércio e escritórios, e vice-versa (LIMA, 2008).

Na cidade contemporânea, um edifício híbrido ou de uso misto, está relacionado diretamente à aspectos políticos, econômicos, sociais, de mobilidade, de disponibilidade territorial, entre outros. O equilíbrio adquirido com esse propósito garante soluções contemporâneas plausíveis para as deseconomias urbanas. A combinação de funções interage com a cidade e cria uma região mais flexível e completa (NEVES, 2012).

Nesse contexto, os pavimentos térreos de todos os edifícios possuem grande importância e auxiliam para determinados objetivos, que dependem do entorno, das funções e da localização. A fachada de entrada ou a frente do prédio é muito importante, principalmente se está situada em frente à calçada e para a rua. Há movimentação ao longo do andar térreo dos edifícios, a circulação pode acontecer perpendicularmente à fachada, indivíduos entram e saem, se aproximam, chegam e vão. Cadeiras e mesas podem estar inseridas por toda a extensão térrea da fachada. Os andares térreos causam impactos na vida urbana, quando há variação nesses espaços térreos, o ambiente

urbano transforma-se em um local interessante, convidativo e enriquecedor. Quando há falta de detalhes ou os andares térreos são fechados, a vivência é debilitada e impessoal, além de poder manifestar insegurança no cidadão que caminha pela área (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Há projetos arquitetônicos em que o uso de pilotis no nível térreo é aplicado, para que o espaço público possua uma continuação com vegetação ao longo da implantação do prédio. A cidade enriquece com a construção de edifícios desse tipo, através das conexões e da intensidade funcional de utilização (NEVES, 2012). Sintetizando, o emprego da plurifuncionalidade traz benefícios de concentração funcional, acesso fácil, alternativas sem conflitos, além de incentivar a experiência do cidadão em uma área urbanizada composta por aspectos contemporâneos, possuindo a configuração do espaço público e da arquitetura como aspectos determinantes da identidade da cidade. A plurifuncionalidade concebe um entorno onde as exigências urbanas são cumpridas, como por exemplo, o alargamento da calçada que se relaciona com o cenário do entorno, alternativas de espaços públicos, acessibilidade, sistema de transportes adjacentes, união de espaços públicos e privados, densidade, vistas e observação de condições de insolação (LIMA, 2008).

2.4 PLINTH

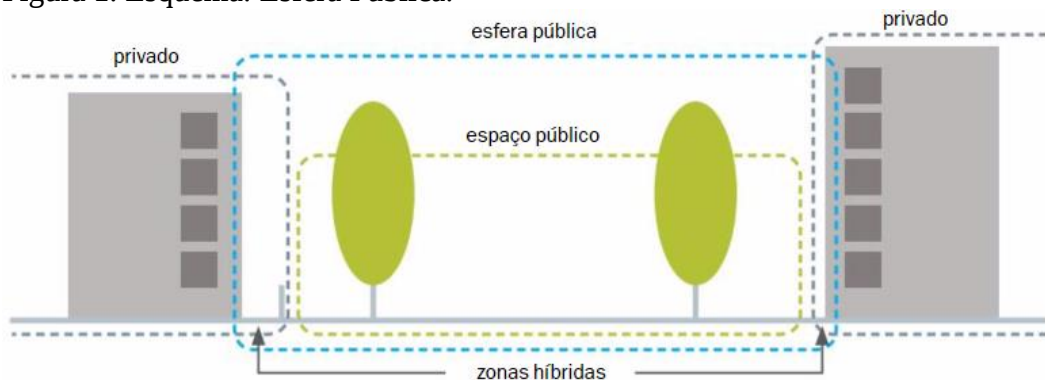
No início de 2012, nas cidades de Roterdã e Amsterdã na Holanda, surgiu o projeto “Cidade ao Nível dos olhos: Lições para Plinths” criado pelo grupo de estratégias e desenvolvimentos urbanos que é composto por Hans Karssenberg, Jeroen Laven, Meredith Glaser e Mattijis van’t Hoff. No final do mesmo ano, um livro com o mesmo título do projeto foi publicado. A palavra “*plinth*” ainda é nova para muitos leitores. Em holandês, “*plint*” significa rodapé. No entanto, também reproduz o andar térreo de um edifício. Depois da publicação do livro e da estreia do site (www.thecityateyelevel.com), o tema espalhou-se pelo mundo e tornou-se um projeto *open source* (projetos abertos que recebem contribuição de desenvolvedores cadastrados) com a colaboração de mais de 40 autores e com muitos exemplos internacionais. O grupo investiga respostas globais para o questionamento de como elaborar um andar térreo aprazível para os cidadãos, que seja versátil ao passar dos anos, flexível para usos múltiplos, agradável para contemplar, e essencialmente com poucos recursos. Com esse brilhante projeto, a UN – Habitat, mais especificamente, o Vice-Secretario-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo – UM Habitat, Dr. Joan Clos, indica a leitura do livro, que disponibiliza práticas, lições e abordagens exemplares e com valor inestimável sobre fachadas bem projetadas, ruas e espaços públicos bem planejados, que incentivam as

atividades econômicas e funcionalidades na cidade, além de aperfeiçoar o cenário urbano, apresentando com conforto visual (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Todo cidadão possui inúmeras experiências urbanas, essas vivências acontecem na “esfera pública”. Esse termo possui um significado maior do que apenas “espaço público”. A esfera pública abrange a fachada dos edifícios e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos. Diante disso, *Plinths* são uma parte significativa dos prédios, é o andar térreo, é a cidade ao nível dos olhos. *Plinths* são primordiais para a atratividade e experiência do espaço urbano, sejam em áreas comerciais ou residenciais. Pesquisadores explicam que se o destino é livre de perigo, limpo, calmo e rapidamente compreensível, e que se o usuário circula com suas expectativas atendidas, eles permanecerão três vezes mais tempo e desembolsarão mais dinheiro. Diferente de uma estrutura confusa e desagradável (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Na (figura 1), podemos observar o esquema de esfera pública esclarecido anteriormente.

Figura 1. Esquema: Esfera Pública.



Fonte: KASSEMBERG *et al.* (2015).

Atualmente, há o desejo de conectar as edificações com a calçada e a rua por meio de fachadas e térreos dinâmicos. Isso não se aplica somente a edificações novas e os seus *plinths*, é empregado também em infraestrutura e prédios existentes a partir da revitalização urbana, empregando a requalificação da paisagem. A alteração de edificações históricas ou menos recentes expõe o progresso da cidade. Nesse contexto, está a relevância da adaptação e de planejamento de *plinths* adequados (indispensáveis para os habitantes e visitantes, e também para o conforto visual – cidade ao nível dos olhos) (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

2.5 CONCEITO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

Com o crescente esforço em recuperar o espaço público e restituí-lo aos cidadãos, aparecem inúmeros conceitos ligados ao processo de requalificação, alguns como: reabilitação, revitalização e regeneração. Constantemente, os termos são empregados de forma incorreta. Muitos profissionais confundem as ideias principais de cada conceito. Ocasionalmente, atribuem a um processo de requalificação o nome de revitalização. O conceito de requalificação é restabelecer o sentido da instalação de uma comunidade em um determinado local, através de múltiplas medidas e ações, que vão desde a infraestrutura até a relevância e destaque interno e externo, passando pela disposição de serviços adequados e pela equivalência no acesso à atividade. O artifício deve conduzir ações que possibilitem encontrar e qualificar a característica local, por meio da vivência, memória e patrimônio, o que foi herdado e o que importa ser valorizado, como também o que se deve incorporar com o tempo (FERNANDES, 2012).

Requalificar uma área urbana é tornar o local próspero de acordo com suas características históricas e comerciais, por meio de estímulo para uso misto e ocupação, limitando a densidade das edificações e até seus pavimentos, aplicando políticas públicas para preservação ambiental, e empregando a mobilidade direcionada ao pedestre com incentivo ao uso de bicicletas. Essa intervenção propõe o avanço econômico para toda a comunidade, habitantes e usuários da área, integração entre o meio edificado e natural, segurança pública, acessibilidade e habitações com qualidade (MOTA, 2009).

A requalificação oferece à área um novo uso, favorecendo o comércio, e proporciona qualidade e uma melhor aparência da cidade ou parte dela. Os frutos do urbanismo contemporâneo estão sendo evidentes, a construção ou restauração aperfeiçoam o cenário urbano. O processo de requalificação da paisagem, traz rendimentos a todo local implantado, renovando áreas, edificações, ofertando possibilidades de desenvolvimento da região, ou até mesmo ampliando a visibilidade e inserindo o turismo local (BEZERRA; CHAVES, 2014).

2.5.1 Como avaliar a qualidade de um espaço urbano

A qualidade de um espaço pode ser analisada através de métodos de avaliação. Realizando uma pesquisa com a comunidade, questionando o que gostam na região, o que não gostam e o que deve ser melhorado. Pessoas ou entidades envolvidas na requalificação devem responder questões

indicando quem deve estar envolvido no processo, se há recursos locais disponíveis, quais outros métodos podem ser desenvolvidos para apresentar melhorias, como se pode aumentar a vista panorâmica, o que pode ser feito para tornar o local especial, quais ações para converter em um local mais verde, como aumentar a segurança local, o que pode ser feito para que os transportes públicos sejam mais aproveitados e como os acessos podem ser melhorados. Há também a opção de criar um diagrama, considerando quatro critérios principais: Sociabilidade, conforto e imagem, uso, atividades e acessos. Responsáveis políticos e técnicos que supervisionam o planejamento urbano da cidade, podem fornecer pistas essenciais aos projetistas e impulsionadores de um projeto de requalificação urbana (FERNANDES, 2012).

No Brasil, o Plano Diretor Estratégico prevê algumas transformações urbanísticas em regiões da cidade, encontra problemas existentes e apresenta recomendações específicas. (ARAUJO; RODRIGUES, 2012, p.06) Junto com Programas municipais, há análise do espaço pretendido, e propostas para a área ser requalificada. Iniciativas privadas também podem contribuir com a causa (FORTES; ANDRADE, 2014, p. 06). Além de poder ser desenvolvido junto às universidades, estudos e análises de determinada área da cidade, direcionando a atenção acadêmica para a localidade, e garantindo a requalificação futura (MOTA, 2009).

2.5.2 Medidas e ações para a um plano de requalificação

Após a análise da área a ser requalificada, com indicações de quais aspectos deverão ser melhorados, é necessário organizar um plano para ação do processo. Especificar quais serão responsáveis pela intervenção, se será de interesse público ou privado (criando projetos, associações, organizações). Também pode ocorrer uma mobilização da comunidade afetada. Geralmente, o comércio está estritamente interessado em ações e medidas, pois a área de consumo local existente pode ser aperfeiçoada, e novos espaços podem ser disponibilizados, junto com profissionais especialistas, é possível haver orientações comerciais, direcionando a requalificação para o caminho correto, e respeitando as características do local (FIORENTINO; MATOS, HONDA, 2012).

Em áreas novas, é imprescindível aplicar, desde o princípio, parâmetros para uma boa cidade, como diretrizes para o projeto (desenho) dos edifícios, calçadas e ruas. É fundamental conceituar, a cidade ao nível dos olhos, desde o planejamento inicial, número definitivo de unidades, orientação vertical precisa, flexibilidade, zoneamento que possibilite variedade no uso e

na vivência do cidadão, artifícios que proporcionem aos usuários avançar com zonas híbridas, e que possam experimentar e contemplar, inúmeros *plinths* pela cidade, vivenciando o conforto na esfera pública. Já em áreas existentes, a modificação inicia-se com um estudo multidisciplinar compartilhado. É necessário dividir ideias para elucidações, criar estratégias para enfrentar divergências, e elaborar redes e co-criações. Cada região possui uma exigência e diferentes estratégias (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Outra iniciativa é lançar um concurso nacional, através da prefeitura da cidade junto ao Instituto dos Arquitetos e as demais companhias interessadas, onde o principal fator é a escolha de vencedores que encontrarem a melhor solução para requalificação do local (ARAÚJO; RODRIGUES, 2012).

2.7 BENEFÍCIOS GERADOS EM ALGUMAS CIDADES PELA REQUALIFICAÇÃO URBANA E *PLINTHS*

Neste subitem da fundamentação teórica, é apresentado uma compilação de 08 requalificações, algumas delas *Plinths*, que beneficiaram a comunidade urbana.

1. Rua Oscar Freire: O projeto de requalificação foi realizado em 2002, na cidade de São Paulo – SP, a autoria do projeto foi de: Vigliecca & Associados e os contratantes foram a Associação de Lojistas e a Prefeitura Municipal de São Paulo. Com uma área de 13.000,00 m², o centro urbano localizado na Rua Oscar Freire necessitava aperfeiçoar sua estrutura física, com o objetivo de empenhar sua atividade. O projeto recebeu o prêmio “Arquitetura & Construção – O Melhor da Arquitetura 2008 (categoria: Intervenção Urbana).

No projeto, o pedestre foi valorizado, a nova arborização foi recuada longe das fachadas para assegurar a visualização das lojas, como podemos observar na (figura 2) (GATTI, 2013).

Figura 2. Requalificação da Rua Oscar Freire.



Fonte: Davi Martins ().

Foi proposto substituir as redes áreas e postes por rede subterrânea, o que aumentou o conforto do pedestre e sua a segurança. A iluminação também foi modificada, e valorizou as vitrines, criando uma atmosfera adequada ao passeio. O mobiliário urbano (lixeiras, quiosques, bancos e outros elementos) completou o uso adequado do espaço público. Na (figura 3) podemos observar, uma imagem aérea da Rua Oscar Freire, onde é possível compreender o passeio mais livre para o usuário (GATTI, 2013).

Figura 3. Imagem aérea – Rua Oscar Freire



Fonte: Vigliecca & Associados (2008).

2. Isemarkt: Na cidade de Hamburgo, na Alemanha, o Isemarkt é um mercado de compras semanais, está localizado debaixo do viaduto U-bann. Com comprimento de 970 metros, é o mercado mais longo ao ar livre na Europa. O viaduto foi concluído em 1912, e a medida mitigadora foi organizada em 1949. Na (figura 4) podemos observar a movimentação no mercado semanal de hamburgo (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Figura 4. Isemarkt em Hamburgo na Alemanha.

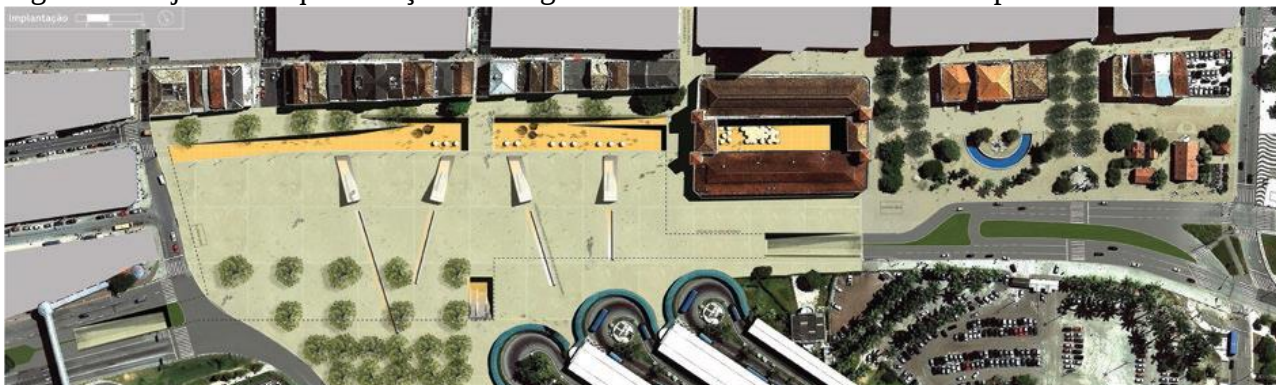


Fonte: Mattijs van't Hoof (2015).

Embora haja desvantagens climáticas como sol quente e chuva, a infraestrutura pode conceder espaço sombreados e secos. Essa intervenção é definida como *plinth* infraestrutural. Ligações existentes de infraestrutura viária na cidade possui um duplo significado de conexão: como estrutura elevada, oferecem ligações interlocais na cidade, e no nível térreo geram um empecilho, apresentam fachadas cegas e barreiras entre bairros. Requalificando espaços dessa magnitude, podem ser transformados em plinths públicos, utilizando a infraestrutura como proteção de intempéries e oferecendo um uso a essa localidade, podendo ser de lazer, cultura ou comércio (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

3. Largo do Mercado Público de Florianópolis: O projeto foi realizado em 2010, na cidade de Florianópolis – SC, a autoria do projeto foi de: Vigliecca & Associados, e os contratantes foram o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Com uma área de 30.000,00 m², houve um concurso para requalificar e redistribuir áreas do Largo do Mercado Público, com o objetivo de criar um centro de compras popular. Na (figura 5), podemos observar a vista aérea do projeto de requalificação (GATTI, 2013).

Figura 5. Projeto de requalificação do Largo do Mercado Público de Florianópolis.



Fonte: Vigliecca & Associados (2010).

A proposta foi de configurar um *boulevard* para pedestres, aplicando uma continuidade espacial através da materialidade e cor, resgatando o antigo traçado da borda do cais e resgatando a fachada dos anos 80. O mercado apresenta: áreas técnicas, depósitos, áreas de serviços das lojas, sanitários, bicicletário, acesso às lojas de conveniência, local de concentração de serviços de taxi e vans de turismo e estacionamento para veículos. Conforme (figura 6), é observado a nova praça, com acesso pelos desníveis da malha urbana do entorno, a praça é definida por apresentar áreas de estar, sombreamento e ilhas de vegetação (GATTI, 2013).

Figura 6. Praça do Largo do Mercado Público de Florianópolis.



Fonte: Vigliecca & Associados (2010).

4. Projeto Uso do Entretanto - *Meanwhile*: O Reino Unido, em 2009, foi prejudicado pela recessão, os negócios entraram em colapso, empreendimentos suspenderam suas atividades, ruas principais se deterioraram e o desemprego aumentou. As quantidades de propriedades vazias integravam o cenário urbano com ruas principais em declínio, apesar disso, havia uma parcela de pessoas que precisava de espaço para aprimorar novas ideias comerciais. O projeto surgiu para apoiar e proporcionar o uso temporário das propriedades vazias. Nas (figuras 7 e 8),

podemos observar a requalificação que foi feita em uma das ruas principais da Inglaterra (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Figuras 7 e 8. Propriedade vazia antes, e propriedade ocupada depois, com a aplicação do projeto

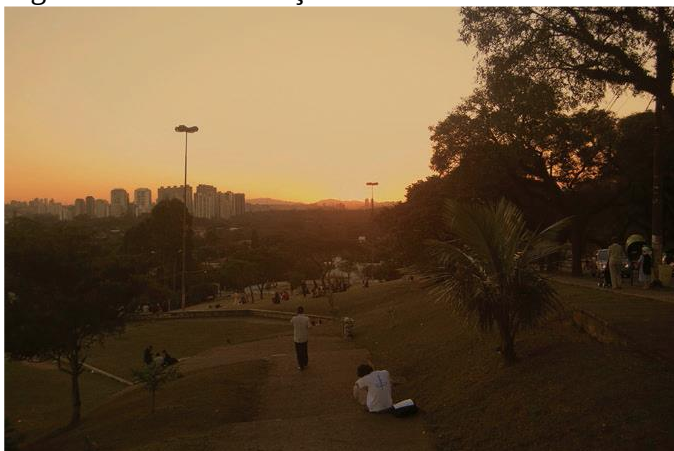


Fonte: Emily Berwyn (2015).

O projeto propõe andares térreos diversos com ambientes vibrantes e acolhedores. Atividades de escala humana, como compras, são uma maneira de requalificar as ruas. É preciso prever e dar oportunidades à pessoas que precisam testar ideias com baixo risco e custo, utilizando a edificação por alguns meses ou poucas semanas (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

5. Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro (Praça Pôr do Sol): O projeto foi realizado em 1967, no Bairro Alto de Pinheiros em São Paulo - SP, a autoria do projeto foi de: Miranda Martinelli Magnolli, a praça surgiu com a execução do Loteamento executado e iniciado em 1925 pela Cia City, sua ocupação é predominantemente residencial, e é uma das áreas mais verdes do bairro. O objetivo do projeto foi implantar a praça em áreas de alta declividade, para tirar proveito da vista privilegiada, explorando áreas para contemplação. Na (figura 9) podemos observar a vista e o skyline da cidade de São Paulo visto da praça (GATTI, 2013).

Figura 9. Vista da Praça Pôr do Sol.



Fonte: Davi Martins (2013).

A extensa área verde da praça, praticamente toda permeável, resolve o problema de drenagem da superfície absorvendo as águas das chuvas. A praticidade e baixo custo foram importantes para a instalação do mobiliário urbano, preferindo *playgrounds* em troncos de eucalipto, e mobiliários e pisos cimentados (GATTI, 2013).

6. Schouwburgplein – Praça do Teatro: Em Rotterdam, na Holanda, há Instituições de artes cênicas, o Complexo Comercial Linjbaan e a primeira grande rua comercial do mundo estão localizadas entorno da praça. Mesmo com muitos turistas durante o ano todo, a praça era um espaço vazio na cidade. No ano de 2008, a câmara municipal apresentou uma proposta para as instituições culturais, a prefeitura melhoraria a infraestrutura da praça, enquanto as instituições deveriam programar eventos para estimular visitantes no espaço público. Nas (figuras 10 e 11) podemos identificar eventos realizados para atrair o público para a Praça do Teatro (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Figuras 10 e 11. Atividades culturais exercidas na Praça do Teatro.



Fonte: KASSEMBERG *et al.* (2015).

7. Parque Cantinho do Céu: A primeira etapa do projeto foi concluída em 2011, a autoria é de Boldarini Arquitetura e Urbanismo, os contratantes foram a SEHAB (Secretaria da habitação) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A requalificação foi realizada no Distrito de Grajaú em São Paulo – SP, com uma área de intervenção de 150 há, e Paisagismo (parque) com uma área de 30 há, beneficiando 9.800 famílias. O Projeto “Parque Cantinho do Céu” é uma das intervenções do Programa Mananciais, que possui o objetivo de implantar coleta de esgoto e redes de água, excluir áreas de riscos, drenar as águas pluviais, expandir a coleta de lixo até as comunidades, em síntese, modificar regiões degradadas e de ocupações irregulares em bairros estruturados, beneficiando a comunidade local. Com a aplicação completa do programa 1,5 mil famílias serão transferidas das áreas de risco e da margem, e reassentadas na mesma região. Na (figura 12), podemos observar a implantação do Parque Cantinho do Céu (GATTI, 2013).

Figura 12. Implantação do Parque Cantinho do Céu.



Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo (2008).

A elaboração do projeto foi norteada para implantar as moradias voltadas ao reservatório, revelando a paisagem, revelando a natureza à frente da comunidade. O programa conta com setorizações das atividades como: mirantes, passarelas para caminhadas, playgrounds, academia ao ar livre, pista de skate e quadra de futebol com gramado sintético. Na (figura 13), podemos observar o corte esquemático do projeto “Parque Cantinho do Céu” (GATTI, 2013).

Figura 13. Corte Esquemático do Parque cantinho do Céu.



Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo (2008).

Há também, a redistribuição de espécies vegetais nativas e sua manutenção, bem como articulação das vias de acesso principal às residências. Na (figura 14) é observado a praça de contemplação do parque (GATTI, 2013).

Figura 14. Vista da Praça de Contemplação do parque.



Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo (2011).

8. Pedestrianização da Mama Ngina Street: Nos anos de 1990 a 2000, em Nairóbi, cidade capital do Quênia, acontecia a luta contra o crescimento de violência e crimes. Durante a noite, o distrito comercial se tornava deserto. No ano de 2001, foi feito uma pesquisa onde indicou 37% dos cidadãos foram vítimas de roubo na região central da cidade. Houve uma mobilização da prefeitura com os habitantes da cidade para que elaborassem soluções para diminuir a violência no centro da cidade. Foi feito uma melhoria da caminhabilidade com um projeto piloto, onde a prefeitura decidiu deixar uma das ruas principais mais movimentadas, a Mama

Ngina Street, onde foi aberto lojas, cinemas livraria e bares. Na (figura 15) podemos observar a circulação de pedestres na calçada da rua citada anteriormente (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

Figura 15. Calçada movimentada da Rua Mamma Ngina Street.



Fonte: Elijah Agevi, Cecilia Andersson e Paula Petrella (2015).

Foi criado um polo econômico que funciona 24 horas por dia. Lojas que ficam abertas no período diurno, e bares que enriquecem o programa noturno da rua. Houve transformações no fluxo de veículos, e alargamento das calçadas, o que resultou em uma área que estimula e convida a visita à área central da cidade (KASSEMBERG *et al.*, 2015).

2.8 UM BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE CASCAVEL – PR

O município de Cascavel está situado na Região Oeste do Estado do Paraná e possui uma altitude média de 800 m em relação ao nível do mar (VALMORBIDA, 2012, p.31). Seu toponímio é definido por uma espécie encontrada na região, e apresenta uma população de 286.205 hab. e uma área de 2.100,813 km² (IBGE, 2010).

Nas décadas de 30 a 40, o município apresentou um grande histórico de instalação de colonos sulistas descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos, japoneses, da mesma maneira que caboclos provenientes de regiões cafeeiras. Esses colonos iniciaram a exploração da madeira, criação de suínos e produção agrícola. Cascavel foi distrito em 1938 e emancipado em 1952 (DIAS *et al.*, 2005).

As razões que estabeleceram o município de Cascavel em polo regional de maior foco ainda são aplicadas e possuem a tendência de se manter. O investimento significativo na área do agronegócio é importante para a economia da cidade. Desde a aplicação agroindustrial, transitando pela comercialização, até o progresso da oferta de serviços especializados para esta área. No entanto, o que transformou Cascavel mais polarizada, foi o aprimoramento de atividades diversificadas e complexas a nível regional (PERIS, 2008, p. 512 e 513). Cascavel é uma cidade nova e com um futuro próspero. A cidade evidencia-se por ser pólo universitário, com mais de 21 mil estudantes de ensino superior em sete instituições de ensino superior (PORTAL DO MUNICÍPIO, 2017).

3. METODOLOGIA

O presente artigo utiliza a metodologia de revisão bibliográfica e estudo de caso.

A revisão bibliográfica, ou revisão de literatura, é a pesquisa de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. O seu objetivo é entrar em contato com todo o material escrito sobre um assunto específico, auxiliando o pesquisador na manipulação de informações e análises finais (MARCONI; LAKATOS, 1992).

Depois da pesquisa para a revisão bibliográfica, foi empregado a leitura de estudo, que desenvolve o raciocínio para formular e concretizar o pensamento proposto, solucionando o problema apresentado no artigo. O estudo de caso é um procedimento mais concreto de investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Presume uma postura mais tangível e estão limitados a um âmbito particular (MARCONI; LAKATOS, 2003).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Prosseguindo com o subitem da fundamentação teórica sobre a cidade de Cascavel – PR, e encaminhando para analisar e discutir relacionando com o tema da pesquisa. No ano de 2017, no município de Cascavel, no Centro Universitário - FAG, com a disciplina de Estágio Supervisionado: Urbanismo e Planejamento Urbano, houve uma análise urbana do Bairro Jardim União localizado na cidade. Foi identificado fenômenos urbanísticos que ocorreram com o

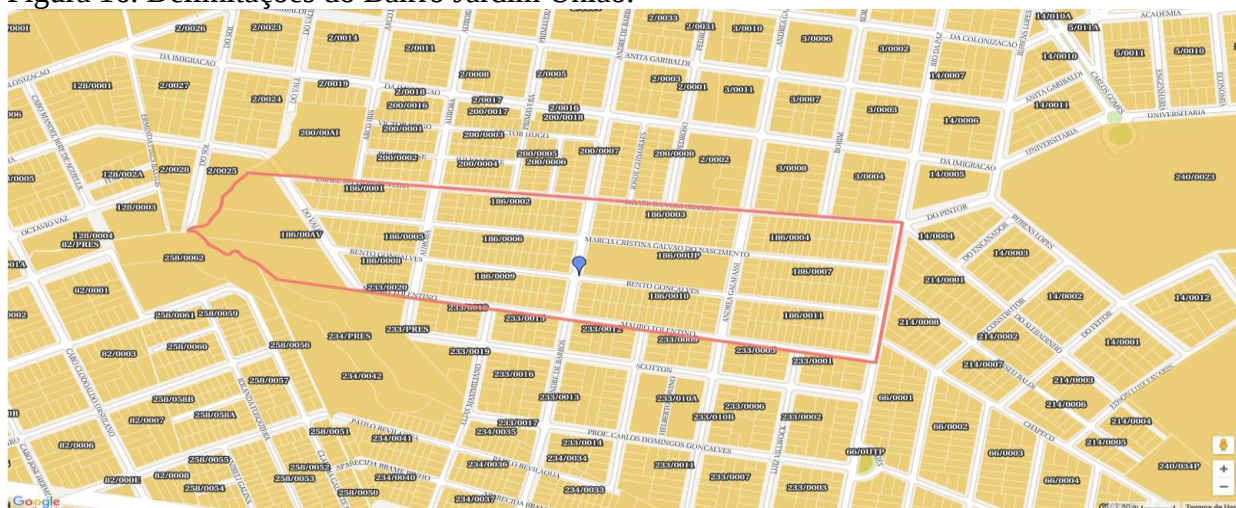
desenvolvimento do bairro, e foram apresentadas soluções aos problemas identificados, como também valorizar as potencialidades locais.

Conforme pesquisa, análises e investigação de informações com os habitantes do bairro, o Jardim União localiza-se na região Sul da cidade de Cascavel-PR, no Loteamento 186 – União Conjunto Habitacional Jardim. O perfil da população é familiar, com predominância de residências, e possui alguns moradores universitários devido à proximidade com a Universidade Estadual UNIOESTE.

O BNH (Banco Nacional da Habitação) foi criado em 1964 e implantado em 1967, com o objetivo de executar casas populares, viabilizando às classes populares, o acesso ao mercado habitacional, onde 4,5 milhões de residências foram construídas. Sua extinção ocorreu em 1986, com uma estratégia de governo para adquirir respaldo político (AZEVEDO, 1988, p. 03).

O loteamento do bairro Jardim União foi construído pelo BNH, onde inicialmente foram criados dois conjuntos, um destes o valor era de 20 a 30 reais por mês e o outro de 60 a 80 reais por mês (segundo habitantes antigos do bairro). De acordo com informações, estima-se que os financiamentos foram quitados à aproximadamente dois anos. Conforme (figura 16), o bairro é possui uma dimensão pequena, comparado a outros bairros da cidade.

Figura 16. Delimitações do Bairro Jardim União.



Como podemos observar nas (figuras 17 e 18), o bairro é relativamente antigo, sendo exigidas melhorias e manutenção em sua infraestrutura.

Figura 17 e 18. Rua e testadas das residências no bairro Jardim União.



Fonte: Felipe Arnone (2017).

Nas (figuras 19 e 20), podemos observar a Praça com campo de futebol e quadra de vôlei, e academia ao ar livre. Apresentam boa iluminação, porém pouca arborização para proteção solar direta.

Figura 19 e 20. Praça com campo de futebol e quadra de vôlei, e academia ao ar livre.



Fonte: Felipe Arnone (2017).

Como podemos observar nas fotos apresentadas, o bairro é um bairro popular, pequeno e antigo. A recomendação para requalifica-lo seria torna-lo mais atrativo, para seus habitantes, e também para os visitantes. Além de intervenções físicas é necessário estimular atividades de comércio e serviços, promover uma organização entre os comerciantes locais, para aplicar alguns

plinths em algumas ruas comerciais, onde há um passeio público largo, convidando os cidadãos a interagirem e utilizar os equipamentos públicos para cultura e lazer. Ampliar as áreas verdes, e também oferecer algumas atividades na praça, como feiras de artesanatos, feiras do produtor, feiras do livro, aulas ao ar livre, ou seja, eventos que estimulem a interação da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Introdução apresentou-se o tema: *Plinth: a Cidade ao Nível dos Olhos e a Requalificação do Espaço Urbano*. Introduzidos os elementos que estruturaram a pesquisa, o desenvolvimento foi através de revisão bibliográfica e estudo de casos. Resgatando-se o problema da pesquisa, indagou-se: “Qual a importância de requalificar uma região da cidade e aplicar o termo *Plinth* para ela? E qual a pertinência social dessa ação? ”.

Os resultados apresentaram que a importância de requalificar uma região da cidade é trazer qualidade aos espaços públicos através de um conjunto de ações, considerando aspectos ambientais, funcionais, sociais e econômicos. Enquanto as sociabilidades ocorrerem nas cidades (ruas, praças, parques), o espaço público exigirá continuidade e transformação. A existência desse espaço é fundamental no processo de relações sociais, autônomas e democráticas, é onde existe vida em sociedade. No período contemporâneo, com a rotina intensa e estressante das pessoas, a exigência por um local de descanso, lazer e de relações sociais é muito grande, e tem crescido a atenção por todo o mundo em encontrar espaços públicos exemplares e bons *plinths*. A pertinência social dessa ação é grandiosa, é através da mobilização de interessados que a requalificação e *plinths* acontecem, seja por meio público, esfera privada, organizações, associações, projetos, concursos entre outros. É necessário um grupo de pessoas se unir e acreditar que determinada região merece uma segunda chance, e que a mesma receberia maior interesse da população, convidando e estimulando a cidadania.

No decorrer do trabalho, ao se analisar o embasamento teórico obtido, percebeu-se que a rua e os espaços públicos são o suporte urbano da cidade, são os principais indicadores de qualidade e intensidade de experiências em comunidade. Ao investir nesses espaços, espera-se que os habitantes voltem a utilizar o local, e que invistam nele. Com a esperança também de que os locais escolhidos melhorem o cenário urbano, e que seja um efeito multiplicador contagiando lugares e pessoas. A qualidade de um local é consequência do poder de atração, estímulo e permanência dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. C.; RODRIGUES, C. G. **Programas de Revitalização Urbana: Novos Sentidos do Projeto Urbano em Áreas Centrais. Urbi Centros 3 – Morte e Vida dos Centros Urbanos.** Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: < <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST304.pdf>>. Acesso em 30 de Out. de 2017.

BEZERRA, A. M. M.; CHAVES, C. R. C. **Revitalização Urbana: Entendendo o Processo de Requalificação da Paisagem.** Revista do CEDS. Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB. São Luís: UNDB, 2014. Disponível em: < http://www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/rev._ceds_n.1_-_revitaliza%C3%A7%C3%A3o_urbana_entendendo_o_processo_de_requalifica%C3%A7%C3%A3o_da_paisagem_-_aline_bezerra.pdf>. Acesso em 27 de Out. de 2017.

GATTI, S. **Espaços Públicos. Diagnóstico e Metodologia de Projeto. Coordenação do Programa de Soluções para Cidades.** São Paulo: ABCP, 2013. Disponível em: < <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>>. Acesso em 31 de Out. de 2017.

FERNANDES, I. N. C. C. **Requalificação do Espaço Público Urbano: Caso de Estudo – Bairro Olival de Fora.** Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2012. Disponível em: < https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5290/1/TESE_DEFINITIVA.pdf>. Acesso em 07 de Out. de 2017.

FIORENTINO, L. M.; MATOS, G. K. M. O.; HONDA, S. C. A. L. **Revitalização Urbana no Processo de Planejamento Local – Presidente Prudente e a Centralidade Urbana.** Presidente Prudente: UNOESTE, 2012. Disponível em: < http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum/Ci%C3%A7ncias%20Sociais%20Aplicadas/Arquitetura%20e%20Urbanismo/%20REVITALIZA%C3%87%C3%83O%20URBANA%20NO%20PROCESSO%20DE%20PLANEJAMENTO%20LOCAL_%20PRESIDENTE%20PRUDENTE%20E%20A%20CENTRALIDADE%20URBANA.pdf>. Acesso em 31 de Out. de 2017.

FONTES, M. S. G. C.; FARIA, J. R.G. **Ambiente Construído e Sustentabilidade.** Tupã: ANAP, 2016. Disponível em: < <https://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/.../MTQ2>>. Acesso em 14 de Mar. de 2017.

FORTES, M. B.; ANDRADE, L. M. S. **Requalificação Urbana Sustentável: Avaliação de Áreas Subutilizadas da Região da Luz – SP.** NUTAU – Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<https://www.usp.br/nutau/CD/143.pdf>>. Acesso em 27 de Out. de 2017.

JANUZZI, D. C. R.; RAZENTE, N. **Intervenções Urbanas em Áreas Deterioradas (Urban Interventions in Deteriorated Areas).** Seminário de Ciências e Humanas. Londrina: UEL – Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3734>>. Acesso em 27 de Out. de 2017.

KASSEMBERG, H.; LAVEN, J.; GLASER, M.; VAN'T HOOFF, M. **A Cidade ao Nível dos Olhos: Lições para os *Plinths***. Versão Ampliada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LIMA, A. P. P. **Vantagens da Versatilidade Funcional dos Edifícios na Regeneração Urbana**. Faculdade de Engenharia. Universidade do Porto. Portugal: FEUP, 2008. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/59565/1/000129198.pdf>>. Acesso em 29 de Out. de 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. Ed. Editora Atlas: São Paulo 2002.

MATOS, A. M. **Plano de Requalificação do Quadrante Santa Rosa: Proposta de Requalificação Urbana em Área Central na cidade de Teresina**. Piauí: UFPI, 2009. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14488/MOURAOMOTA_Anderson.pdf?sequence=1>. Acesso em 31 de Out. de 2017.

MATOS, F. L. **Espaços Públicos e a Qualidade de Vida nas Cidades – O Caso da Cidade Porto**. Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.4, p.17-33.OBSERVATORIUM, 2010. Disponível em:< http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/Espacos_publicos.pdf>. Acesso em 28 de Out. de 2017.

NEVES, A. S. F. **O Edifício Híbrido Residencial: Temporalidades Distintas na Vivência da Cidade**. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: IFT, 2012. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144981737/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20completa.pdf>>. Acesso em 29 de out. de 2017.

SOUZA, F. S. **O Espaço Público Contemporâneo: A Complexidade Vista a partir de Parques Urbanos de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13539/000633919.pdf?...1>> . Acesso em 28 de Out. de 2017.